

Galvêas: não houve corte de crédito do FMI.

O ministro Ernane Galvêas negou ontem que foram cortados os créditos do Fundo Monetário Internacional ao Brasil, conforme notícia divulgada pelo *The Wall Street Journal*. Em entrevista coletiva concedida à imprensa brasileira na tarde de ontem, na sede do Banco do Brasil, Galvêas explicou que nunca houve uma data específica para os desembolsos do FMI. "Estes desembolsos acompanham um programa e somente depois de aprovadas estas metas é que serão estabelecidas as escalas de liberação de dinheiro", explicou o ministro, acrescentando ainda que o fluxo de caixa implícito na projeção do balanço de pagamentos também influencia nos créditos do FMI.

Segundo o ministro da Fazenda, a iniciativa de interromper as negociações com os banqueiros internacionais foi tomada conjuntamente, principalmente para o governo brasileiro poder rever o programa econômico de 1985. "Nós esperávamos que o nosso programa com o FMI para o ano de 1985 pudesse ser apresentado à diretoria do Fundo do início de março. Mas os desvios na área monetária ocorridos em dezembro e a inflação no mês de janeiro, nos forçaram a re-discutir os números com o pessoal técnico do Fundo", afirmou o ministro, confirmando a chegada na próxima segunda-feira a Washington de autoridades dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, e do Banco Central.

De acordo com Galvêas, esta posição do FMI não terá maior repercussão em relação aos bancos credores do ponto de vista da condução das operações na área externa. Isto porque, segundo ele, desde 31 de dezembro já havia sido acertada com os bancos a prorrogação de todo o esquema das negociações até 19 de fevereiro.

"Se tivessem sido aprovados todos os números para 1985 com o FMI, estas negociações já estariam encerradas. Mas, como este programa terá de ser revisto, combinamos com o comitê assessor da dívida externa brasileira de interromper este trabalho por algum tempo, estendendo todas as condições prevalentes no projeto da fase 2 de reescalamento até 31 de maio".

O ministro considera ainda esta situação bastante confortável ao Brasil porque, segundo ele, significa o apoio da comunidade bancária internacional para não haver nenhuma interrupção à normalidade das operações brasileiras. Galvêas negou ainda que, com a suspensão das conversações, as negociações voltariam à estaca zero, conforme sugeriu a notícia do *The Wall Street Journal*.

"Conversei longamente com o comitê assessor e ficou claro que o trabalho desenvolvido até aqui permanece. Só não existe uma conclusão das negociações porque existem alguns pontos pendentes, de aspecto jurídico e operacional. Mas as condições básicas do reescalamento servirão de base para a continuidade dos entendimentos tão logo tenhamos concluído o novo programa para 1985."

O ministro Ernane Galvêas disse ainda que, embora o presidente eleito Tancredo Neves já esteja informado dos andamentos destas negociações, nenhum representante da nova administração participará da reunião na próxima semana com o FMI. Porque, segundo Galvêas, ainda não há ninguém formalmente indicado para uma posição específica). a não ser Francisco Dornelles, que no entanto já está familiarizado com os assuntos das negociações. Ainda em relação a este novo encontro entre técnicos do FMI e o governo brasileiro, Galvêas adiantou que não serão feitas propostas novas à sétima carta de intenções, mas apenas alteração de alguns números e uma avaliação de acontecimentos de dezembro e janeiro, relacionados à expansão monetária e ao déficit público.

"Intriga"

Questionado sobre a possibilidade da falta de credibilidade do FMI às cartas de intenções elaboradas pelo governo brasileiro, o ministro da Fazenda disse apenas que a afirmação é uma "intriga", pois, segundo ele, o diretor do FMI, Jacques de Larosière, constantemente enumera à comunidade pública financeira internacional os resultados extraordinários obtidos pelo Brasil no processo de reajustamento e principalmente o fortalecimento da área externa brasileira.

Ainda em relação ao adiamento da conclusão das negociações, o ministro da Fazenda negou que a intervenção do Banco Central no Habitasul e no Sulbrasileiro tenha repercutido negativamente entre os bancos credores. "Depois das intervenções nos bancos do Rio Grande do Sul, a situação se normalizou, assim como o open market."

Da mesma forma, o ministro Galvêas afirmou que o problema das empresas estatais — Cobec e Siderbrás — já está resolvido, com as dívidas reestruturadas com base nas garantias do governo brasileiro, restando solucionar o caso da Sunamam, ainda um obstáculo entre alguns banqueiros, mas não um motivo grave para o não fechamento do pacote. O ministro, que retorna ao Brasil na próxima segunda-feira — não acredita que esta posição do Fundo Monetário Internacional forçará o governo de Tancredo Neves a tomar medidas drásticas na economia logo no início do seu governo.

"O Fundo quer apenas que possamos dar continuidade aos programas econômicos, assim como à nova administração. Por isso os bancos estão inteiramente desejosos de que esta extensão de 19 de fevereiro para 31 de maio seja um período de normalidade."

O ministro acrescentou que além do FMI e dos bancos é necessário conciliar este trabalho com o Clube de Paris. No entanto, no início da noite, um banqueiro europeu que participou das negociações disse que a partir de agora as conversações serão feitas apenas com a nova administração, reiniciando as negociações a partir do ponto zero. Eliane Gamal, de Nova York, especial para o JT.